



"Educação como prática de Liberdade":  
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)  
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8883 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT22 - Educação Ambiental

COMO SE FORJAM AS ECOLOGIAS DOS INFERNOS? Ou do devir-lobo nas radicalidades demo(A)cráticas das educações ambientais

Rodrigo Barchi - Rodrigo Barchi

Agência e/ou Instituição Financiadora: Não se aplica

## COMO SE FORJAM AS ECOLOGIAS DOS INFERNOS?

### Ou do devir-lobo nas radicalidades demo(A)cráticas das educações ambientais

**Resumo:** Desenvolvida a partir das conexões realizadas entre o campo das educações ambientais e das Filosofias da Diferença, essa pesquisa teórica e conceitual busca discutir a construção de subjetividades ecológicas no contexto apocalíptico e infernal do Antropoceno. Essa investigação busca desenrolar alguns elementos para se pensar educações ambientais como estratégias e instrumentos para aquilo que chamamos de forja das subjetividades aptas à sobrevivência nas ruínas e desolações causadas pela atividade predatória do capitalismo. A perspectiva que chamamos de radicalidades demo(A)cráticas, a partir da noção de multidão em Antonio Negri e Michael Hardt, e o conceito de devir-lobo, desenvolvido a partir das discussões ao redor de devir-animal em Deleuze e Guattari, são as duas ferramentas conceituais que pautam o exercício do pensamento ao redor da forja das subjetividades ecológicas. Estas, por sua vez, são pensadas como práticas de resistência ao funcionamento barbárico do capitalismo contemporâneo, nas possíveis tessituras de sociedades multitudinárias em sua diversidade e comunais em seus interesses e necessidades.

**Palavras chave:** Educações ambientais, democracias, inferno, devir-lobo, subjetividade.

Forjar é um verbo transitivo direto, que pode ser utilizado como um sinônimo de uma série de atividades humanas: forjar pode significar maquirar, mas também urdir, tramar, manipular, fabricar e inventar. Geralmente se atribui a etimologia desse verbo a uma origem linguística francesa, na qual o termo *forge* significa o trabalho no metal, trabalho na forja. Esta, por sua vez, pode ser pensada como, se considerada a origem do termo, como uma oficina de produção de ferramentas, utensílios e demais aparatos de metal, a qual sempre está sob uma alta temperatura, devido ao fogo utilizado para a transformação da pedra bruta em metal e, conseqüentemente, em bem manufaturado.

No sentido da pesquisa que aqui se apresenta, realizada no campo das educações ambientais em interface com o escopo político e educativo das Filosofias das Diferenças, o conceito de forjar é apropriado para se entender a construção das subjetividades e das políticas perante um cenário ambiental cada vez mais desolador. Apesar da ênfase esperançosa que as educações ambientais brasileiras herdaram do pensamento de Paulo Freire pela construção de sociedades mais justas, igualitárias e sustentáveis ecologicamente (REIGOTA, 2013; 2020), neste trabalho a perspectiva é pensar o campo mais como ação em zona de guerra, fornalha e devastação, do que de construção de utopias bucólicas e idílicas.

Diversas análises, diagnósticos e leituras já nos propõe uma série de situações nas quais a humanidade, inevitavelmente se deparará, devido à tragédia ecológica iminente no século XXI. Quando não, por parte de muitos lugares e povos, a catástrofe já se impôs. Nas cosmologias dos povos originários, os alertas sobre a queda do céu dos ianomâmis, feitos por Davi Kopenawa na conversa com Bruce Albert (KOPENAWA; ALBERT, 2015), e por Ailton Krenak nas propostas de ações para adiar o fim do mundo (KRENAK, 2018), são muito emblemáticas as posições sobre a ação humana no planeta.

Danowski e Viveiros de Castro (2014) apresentam a compreensão de Gaia para Isabelle Stengers, não como exclusivamente o organismo vivo proposto por Lovelock e Margullis nos anos 70, mas como um evento de transcendência, efeito e operação, responsivo e implacável à destruição e predação desmesurada do capitalismo ao planeta. Algo como, de certa forma, Haraway (2016) sugere com seu “Chtuluceno multitentacular”, o qual, mais do que evocar a besta cósmica lovecraftiana, evidencia as distintas temporalidades, alianças, parcerias, devires e – acrescentamos aqui – comunalidades, que os seres humanos e não-humanos viriam a constituir na sobrevivência pós-apocalíptica.

Esses devires entre humanos e humanos (devir-criança do espinosismo do filósofo), humanos e não-humanos (devir-lobo da criança antiedipiana), não-humanos e não-humanos (devir-mamífero do carrapato de Von Uexkull), constituidores etológicos dos sujeitos, como propõe Deleuze e Guattari (1997), podem ser visualizados nas práticas que, por exemplo, Anne Tsing observa nas paisagens multiespécies, nas quais, mesmo sob as ruínas, as coletividades humanas japonesas (devir-humano no humano), coletam os cogumelos matsutake (devir-cogumelo no humano), os quais, por sua vez, só são encontrados associados aos pinheiros vermelhos (devir-pinheiro no cogumelo), que só crescem em áreas perturbadas pelos seres humanos (TSING, 2019), em um devir-perturbação humana da árvore.

Mas o que Tsing apresenta em relação às áreas perturbadas pelos seres humanos – as quais, por sua vez, ainda são ricas em sua diversidade – é uma tênue distinção em relação às paisagens arrasadas que o Antropoceno/Capitaloceno/Plantationceno de Haraway, ou mesmo o céu caído de Kopenawa, nos apresentam perante a aceleração da predação total de muitas dos espaços, naturais e culturalmente não ocidentalizados. Se por um lado, Tsing afirma que sob e sobre as ruínas, paisagens multidiversificadas possam se desenvolver, por outro lado é justamente a terra arrasada que mais se teme, a ponto de haver um arruinamento impeditivo ao renascimento da vida.

É perante esse cenário que propomos que as subjetividades contemporâneas – e consequentemente, as ecologias que a vida cria (GODOY, 2008) – são forjadas, cada vez mais, em contextos infernais, nos quais o aquecimento global, as queimadas, as ilhas de calor, os desflorestamentos, a desolação e, principalmente, as almas penadas em vida, em suas lamentações, defenestrações, maldições, arrependimentos e sofrimentos, são apenas algumas das dimensões. Para paisagens e animais, como no caso de Brasília (FAUSTO, 2020), o inferno já calcinou tudo. As educações ambientais, que sempre preocupadas em construir subjetividades preocupadas com o ambiente e os outros seres que compartilham o planeta

conosco, em seus devires-ambientes, serão ainda necessárias, possíveis e viáveis, sendo que tudo aquilo que elas buscavam evitar, ou seja, o inferno, já está imposto, implantado e ao nosso redor?

A forja das ecologias dos infernos, em um contexto metodológico, é uma proposta para se pensar como as educações ambientais poderão ser constituidoras das subjetividades, em seus exercícios éticos, estéticos e políticos, no âmbito das constantes implantações (inclusive institucionais) dos infernos ecocidas, fascistas, pandêmicos, belicistas e escravistas de um Antropoceno cada vez mais “Capitalocênico/Plantationcênico” (HARAWAY, 2016).

Sendo assim, trazemos a noção do devir-lobo, para pensar sobre essas forjas de ecologias no/do inferno, como aquilo que Deleuze e Guattari (1997) sugerem como uma “lobiferação”, ou seja, uma proliferação do modo matilha e/ou bando dos lobos. Muito distante da perspectiva hobbesiana dos lobos como canibais monstruosos, “naturalmente autodestrutivos” como espécie, os pensadores franceses sugerem justamente que essas coletividades bandos, em suas multiplicidades, se formam através do contágio de lobos por lobos, homens por lobos, ou lobos-homens por lobos-homens, no qual se constroem alianças multidiversas, capazes de conectar redes de suporte e constituição subjetiva dos indivíduos e coletividades.

Os lobos e os homens-lobos/lobisomens, ao recusar a herança genética que os designariam taxonomicamente como tais, e desvincularem suas relações do sangue para privilegiarem as parcerias contagiantes que inserem no bando aqueles indivíduos que se querem aliados, refutam qualquer predeterminação moral de constituição de coletivo, para criarem formas diversas de convívio, autopreservação e sobrevivência. Nesse sentido, e pensando com Massumi (2017), o estado de natureza não é mais pertencente à competição, mas à cooperação e a mutualidade. Portanto, o devir-lobo como conceito estratégico de constituição de subjetividades nas relações entre educação e meio ambiente, carrega uma forte inversão da perspectiva das educações ambientais institucionalizadas (MACHADO, MORAES, 2019), em seu escopo ecocapitalista progressista.

O devir-lobo como uma tática de matilha multidiversificada na educação ambiental carrega uma radicalidade (não fundamentalista, mas de intenso poder transformativo da constituição ecológica dos sujeitos) que se constrói em um aspecto ético e político intensamente ácrata, capaz de permitir a proliferação de diferenças, sem que essas se estabeleçam como radicalmente diacrônicas ou dicotômicas. Por isso são educações ambientais radicalmente demo(A)cráticas.

A palavra democracia, ao unir os termos *demos* (δῆμος) e *krátos* (κράτος) e chegar até nós, em língua portuguesa, como *dēmokratía* (δημοκρατία), nos explica, etimologicamente e historicamente, portanto, os processos de ampliação da participação das tomadas de decisão na Grécia antiga, e nos sistemas políticos no decorrer dos séculos, em especial, nos últimos 200 anos.

O mesmo prefixo “demo”, por sua vez, ocorre largamente em algumas palavras da língua portuguesa, que são utilizadas para designar tanto os seres do inferno das mais distintas perspectivas místicas e religiosas – os demônios - quanto para identificar e conhecer a essência e existência desses seres na mitologia e nas artes, ou seja, a demonologia. No entanto, a origem aqui não é a mesma da palavra democracia, mas do termo *daimon* (δαίμων), que na Grécia Antiga designava entidades ou espíritos, que poderiam ter conotação benévola (eudaemons - εὐδαίμων) ou malévolos (cacodaemons - κακοδαίμων), dependendo do contexto do relacionamento com o ser humano que inspirava ou convivia. O conceito, transliterado ao latim como *daemon*, deu origem ao termo demônio que nos chegou até hoje, com todos os seus predicados infernais.

Por essa diferença etimológica, não é possível dizer que a democracia como um termo que designará governo dos povos, também possa ser dado a um governo do ou dos demônios. Uma palavra que aparece em um ou outro dicionário é a “demonocracia”. Se não há, portanto, essa aproximação nem conceitual nem gramatical dos governos dos povos e dos governos dos demônios, aproximar os dois termos talvez seja bastante equivocado e até fraudulento, filosoficamente, de nossa parte, se, justamente, não fosse o aspecto demoníaco da destruição das hierarquias transcendentais e da representação divinal, proposta pelas democracias. O quanto, por exemplo, um pensador como Baruch de Spinoza (1632-1677) não foi execrado ao criticar o uso dado às religiões, no que tangia à submissão e controle dos indivíduos (SPINOZA, 2014) e, por isso, foi tratado como satanista, herege e profano (NEGRI, 2016) (CHAUÍ, 2016)? E ao sugerir a democracia como a mais pertinente forma de governo, Spinoza, justamente a carregava do grau anticlerical e “antitranscendentalista” que permeou todo o seu pensamento.

Por isso, que nesse sentido, Antonio Negri e Michael Hardt, ao resgatarem o conceito spinozista de comum (HARDT; NEGRI, 2005, 2016, 2018) como potencializador das democracias, e para transformá-lo em projeto político das multidões, insistem no caráter autônomo, soberano e diversificado das multidões democráticas, capazes de impedir a cristalização da política. De forma a se evitar governos hereditários, ou dos mais fortes, ou dos mais abastados, é necessário que as políticas mantenham-se abertas, e que as multidões impeçam que uma verdade seja imposta, promovendo obliterações de diferenças.

Portanto, esse estudo, ainda em andamento, busca construir, a partir das perspectivas demo(A)cráticas mais radicais, em um sentido ácrata de combate às centralizações de poder e decisão, compreendendo-as mais como exercício de pensamento do que a busca catalográfica de referências conceituais, em possibilidades de construção/forja das subjetividades nos infernos terrestres contemporâneos no âmbito das educações ambientais menores, periféricas, marginais e insubmissas.

Ao pensarmos nos devires animais, mais especificamente nos devires-lobos, propõe-se uma série de rompimentos com os escopos unitários e identitários de uma educação ambiental oficial e institucional, para dar lugar a uma série de perspectivas que façam escapar o campo das relações entre a educação e o meio ambiente das políticas públicas e dos currículos obrigatórios, de forma que não se permitam a se cristalizar, sedentarizar e morrer em seu potencial transformativo e radical.

### Referências

- CHAUÍ, Marilena. **A nervura do real: imanência e liberdade em Espinosa**, volume II: Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- DANOWSKI, Deborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há mundo por vir: ensaio sobre os medos e os fins**. Desterro (Florianópolis): Cultura e Barbárie: Instituto Socioambiental, 2014.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**; Vol 4. Trad. Suely Rolnik. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- FAUSTO, Juliana. **A cosmopolítica dos animais**. São Paulo: n-1 edições, 2020
- GODOY, Ana. **A menor das ecologias**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.
- HARAWAY, Donna J. **Stayng with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene**.

Durham: London: Duke University Press, 2016.

- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão: Guerra e democracia na era do Império**. Trad. Clóvis Marques. São Paulo: Record, 2005.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem-Estar Comum**. Trad. Clóvis Marques. São Paulo Record, 2016.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Assembly: A organização multitudinária do comum**. Trad. Lucas Carpinelli, Jefferson Viel. São Paulo: Editora Filosófica Politéia, 2018.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomâmi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MACHADO, Carlos Roberto da Silva; MORAES, Bruno Emílio. **Educação ambiental crítica: da institucionalização à crise**. Quaestio, Sorocaba, SP, v. 21, n. 1, p. 39-58, jan./abr. 2019.
- MASSUMI, Brian. **O que os animais nos ensinam sobre política**. Trad. Francisco Trento e Fernanda Mello. São Paulo: n-1 edições, 2017.
- RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.
- REIGOTA, Marcos. Environmental education in Brazil and the Influence of Paulo Freire. **Oxford Research Encyclopedia of Education**. London: v.1, p. 1-13, apr., 2020.
- REIGOTA, Marcos. Afetos, educação ambiental e política: Encontros com Nita e Paulo Freire: **The Postcolonialist**, v. 1, p. 1-5, 2013. Disponível em: <http://postcolonialist.com/culture/afetos-educacao-ambiental-e-politica-encontros-com-nita-e-paulo-freire/>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- SPINOZA, Benedictus de. **Obra completa II: correspondência completa e vida**. Trad. J. Guinsburg, Newton Cunha. Org. J. Guinsburg, Newton Cunha, Roberto Romano. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- TSING, Anna Lowenhaupt. **Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno**. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.